



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

*Discurso na solenidade de assinatura
do protocolo de intenções de integração
do mercado nacional de valores
mobiliários e títulos públicos*

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 27 DE JANEIRO DE 2000

Senhor Ministro Pedro Malan, da Fazenda; Senhores Ministros de Estado aqui presentes; Senhores Parlamentares, tão numerosos; Senhor Presidente da Comissão de Valores Mobiliários, Francisco da Costa e Silva; Senhor Presidente da Bolsa de Valores do Rio, Carlos Alberto Reis, da de São Paulo, Alfredo Rizkallah; Senhoras e Senhores,

Se o Doutor Costa e Silva disse que ele não leria o texto, para não ser redundante, e acrescentou algumas palavras, eu deveria ficar calado, para não ser mais redundante ainda, mas não posso deixar de, como Presidente da República, de expressar, de público, o meu júbilo pelo que estamos acabando de assistir neste momento, aqui, no Palácio do Planalto, que é a junção de duas bolsas, uma mais que secular e a outra de dinamismo reconhecido, muito forte, a de São Paulo e a Bolsa do Rio de Janeiro.

Também quero juntar-me àqueles que agradeceram ao Doutor Costa e Silva, mormente agora, que se sabe que ele está terminando um período de extremo trabalho, e produtivo, à frente da CVM. Esse esforço que ele veio desempenhando foi muito útil para o País, e nós

estamos assistindo, agora, a uma das dimensões desse seu esforço. Quero, portanto, agradecer a colaboração que ele tem prestado ao país e ao Governo.

Quero, também, reiterar – embora dissesse que não seria necessário – algo que ouvi aqui. O fato de nos prepararmos, como Nação, para enfrentar os desafios do mundo contemporâneo, desse processo de globalização que atinge, de forma direta, o mercado financeiro, é, realmente, auspicioso e imperativo, se nós quisermos manter, como foi dito pelo Doutor Rizkallah, os nossos interesses nacionais, e mantê-los de forma adequada significa mudá-los, para que eles possam fazer frente ao que existe, hoje, de mais dinâmico, no mundo. Mudando-os, não no sentido dos valores fundamentais, da construção de uma grande Nação e da manutenção dos nossos interesses, bastante firmemente, mas mudando-os para que eles possam se adequar ao que existe hoje, no mundo.

Não teria sentido que não houvesse ainda, no Brasil, por um lado, um mercado secundário para títulos públicos. Parece-me que isso é uma falta gritante. Por outro lado, que houvesse competição onde deve haver junção. Acho que o ato a que estamos assistindo aqui é, nesse sentido, simbólico: o esforço de juntar e de inovar, para que possamos alcançar nossos objetivos de uma forma mais direta.

E, entre os objetivos, certamente está o do fortalecimento de um mercado de capitais. Não pode haver crescimento econômico, não pode haver desenvolvimento econômico sem que exista um mercado de capitais sólido e, evidentemente, sem que exista estabilidade da moeda. Mas ela, por si só, não vai suprir um mercado de capitais sólido.

Parece-me que isso é essencial e que estamos assistindo à possibilidade, que já é quase uma realidade, da transformação do Brasil num dos pólos do desenvolvimento econômico da região, do Mercosul e de toda essa nossa região e interconexão com as demais bolsas que operam pelo mundo afora.

Isso é fundamental por muitas razões. No caso da Bolsa do Rio de Janeiro, que se transforma na bolsa fundamental dos mercados de títulos públicos, isso tem a ver diretamente com o esforço que o Ban-

co Central vem fazendo para a redução das taxas de juros e, sobretudo, para o alongamento do perfil da nossa dívida.

A existência de um mercado secundário de títulos favorece enormemente esta possibilidade de termos títulos de mais longo prazo, que possam ser realizados num curto prazo, através do mercado secundário. Isso é essencial para que possamos atingir esse aspecto da nossa política monetária, que o Banco Central está fazendo com tanta competência e com tanto afinho.

Por outro lado, todo o Brasil clama por uma política de taxa de juros mais compatível com as necessidades da produção brasileira. Isso é essencial mesmo, e esse conjunto de medidas, progressivamente, vai permitindo que nos acerquemos, em matéria de taxas de juros, daquelas taxas que são desenvolvidas pelo mundo afora. Não pode haver competitividade se não houver, realmente, nesse aspecto, também, maior homogeneidade, maior igualdade.

Portanto, reitero o que foi dito: estamos, com esse instrumento, trabalhando para que o Brasil, nesta nova etapa da vida econômica internacional, tenha uma posição de vanguarda e uma posição muito ativa.

Há um outro aspecto que queria ressaltar, que é o fato que tem havido uma colaboração entre o Governo e o setor privado, nessa matéria.

Tenho dito, freqüentemente, que Congresso e mercado, quando conversam, mantêm uma conversa de surdos porque nem o Congresso entende bem o mercado, nem presta muita atenção, nem o mercado entende o Congresso, mas presta muita atenção. Isso é complicadíssimo; freqüentemente, resulta um desengonço desnecessário, porque, na medida em que houver maior compreensão recíproca, será mais fácil evitar problemas que podem ocasionar até distúrbios graves no Brasil.

Por isso, me parece também que é essencial que se entenda que esse processo de formação de um mercado de capitais requer uma série de medidas que são de ordem legislativa e estão sendo tomadas.

Quem assistiu ao funcionamento do Congresso Nacional nessa convocação extraordinária, se não estiver totalmente cego, há de reconhe-

cer que ele desempenhou a contento o desafio que tinha que enfrentar. A Câmara votou leis da maior importância e o Senado está votando. A Câmara votou leis como a Lei de Responsabilidade Fiscal, que é histórica; marca um momento novo da vida política brasileira e de compreensão da responsabilidade do gestor do dinheiro público, nos níveis municipal, estadual e federal. E votou com uma maioria absolutamente inequívoca, assim como acabou de permitir que o Governo Federal continuasse a ter, pela desvinculação de verbas orçamentárias, a capacidade de gerir o Orçamento.

Devo recordar que esse foi o fundamento do Plano Real, quando ainda se chamava FHC. Fui muitas vezes ao Congresso Nacional – então, eu era senador – para mostrar que a vinculação existente impedia o controle da inflação. Lamentavelmente, vejo, de novo, dizerem: “Ah, mas essas verbas estão sendo gastas para outras finalidades.” Não é para outras finalidades. Essas verbas estão permitindo um caixa único do Governo, para que o Governo possa, com maior racionalidade, despender os seus recursos em vários setores da administração pública. E o Congresso compreendeu bem e, de novo, ontem, assegurou essa votação.

Da mesma maneira, está o Senado Federal levando adiante suas tarefas; inclusive, votou matéria muito importante – está votando – de regulação do gasto por parte das Câmaras Municipais, com os vereadores. Isso reforça a importância da Lei de Responsabilidade Fiscal. Estamos também discutindo lá – e aqui estão pessoas, como o Deputado Emerson Kapaz, diretamente partícipes dessa discussão – a Lei das Sociedades Anônimas, que será um outro passo muito importante na mesma direção da formação de mercado de capitais, incluindo nesta Lei – numa outra, aliás, que o Governo mandou, mas que é complementar à que está sendo debatida – a necessidade de que as companhias, mesmo de capital fechado, prestem contas publicamente da sua situação de balanço. Tudo isso em busca da transparência.

Quero dizer que, se é verdade que precisamos ter, crescentemente, uma legislação tributária que permita a continuidade da competição – e aqui está o Deputado Antônio Kandir, que tem sido um dos interlocutores da Comissão de Reforma Tributária com os setores

governamentais e com os Estados e Municípios –, quero dizer que estamos muito próximos de um entendimento realmente positivo nessa matéria, com um empenho muito grande do Ministério da Fazenda, da Comissão de Reforma Tributária da Câmara e dos representantes das Secretarias Estaduais de Fazenda; matéria altamente complexa, que muita gente acreditava sempre que não fosse possível. Outros acham que o Governo Federal, na verdade, como está tendo uma arrecadação alta, preferiria não fazer a reforma. Não é verdade, mas sempre é fácil destilar uma hipótese maliciosa desse tipo, porque ela pega. Não obstante, não é certo. Estamos nos empenhando fortemente para chegar a um acordo e estamos chegando muito próximo de um acordo.

Por que estou lhes dizendo tudo isso? Para mostrar a necessidade de que esse diálogo entre o mercado e o Congresso seja baseado em fatos concretos e na compreensão recíproca das posições, para que possamos avançar crescentemente.

De modo que esse esforço de transparência – e, no fundo, tudo isso aqui resulta em mais transparência, em mais comunicação, em mais informação – é, realmente, peça fundamental dessa etapa do Brasil que se está afirmando como um país capaz de, nessa nova etapa da globalização, manter seus interesses nacionais e de participar desse processo, que implica a redistribuição, certamente não só do setor produtivo, como dos capitais, até do trabalho, pelo mundo afora. Precisamos estar preparados para, definindo nós próprios nossos interesses, participar de tudo isso.

Por fim, também queria felicitá-los por uma razão especial, que é o entendimento entre a Bolsa de São Paulo e a Bolsa do Rio, que tinham lá, no passado, suas rivalidades – eu, como nasci no Rio e sou paulista, me sinto muito feliz por ver que houve esse entendimento. Um entendimento do qual resulta um benefício. Se é verdade que o movimento das ações será em São Paulo, é verdade que as corretoras do Rio, como do resto do Brasil, participarão desse movimento. Mas o que é mais significativo para quem é carioca é o fato de que o mercado de títulos públicos vai ter um dinamismo enorme e uma

importância decisiva para a economia nacional e para a ação governamental. Portanto, o Rio de Janeiro sai prestigiado desse processo. Não é um processo em que há perdedores. Não é um jogo, como dizem os americanos, de soma zero. É um jogo em que todos podem ganhar. Ganha o Rio, ganha São Paulo. Mas, sobretudo, ganha o Brasil.

Felicito a todos vocês. Muito obrigado.